

450

QUESTÕES COM RESPOSTAS

**FUNDAÇÃO
CETAP**



SÓ 
QUESTÕES

ALEPA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

**AUXILIAR TÉCNICO LEGISLATIVO
ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Legislação E Ética No Serviço Público
- ▶ Noções De Informática
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Noções de Direito Constitucional
- ▶ Noções de Direito Administrativo

- ▶ Técnica Legislativa
- ▶ Noções de Administração Pública
- ▶ Noções básicas de Secretaria
- ▶ Noções de Arquivologia
- ▶ Noções de Administração de Recursos Materiais





Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



Conteúdo totalmente alinhado ao edital.



Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.



Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.



Questões gabaritadas.



Bônus especiais que otimizam seus estudos.



**Adquira aqui sua
apostila completa**



ALEPA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

GABARITANDO 450 Questões Gabaritadas

Auxiliar Técnico Legislativo - Assistência Administrativa

Concurso Público nº 001/2026 (Edital
de Abertura nº 001/2026, de 28/09/2026)

CÓD: OP-226ST-26
7901204403266

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Legislação E Ética No Serviço Público.....	23
3. Noções De Informática.....	29
4. Raciocínio Lógico	37
5. Noções de Direito Constitucional.....	43
6. Noções de Direito Administrativo	53
7. Técnica Legislativa.....	67
8. Noções de Administração Pública.....	75
9. Noções básicas de Secretaria.....	85
10. Noções de Arquivologia	95
11. Noções de Administração de Recursos Materiais.....	105

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (CETAP - 2026)

Texto 02

“(...) A vontade, tinha sim, mas o pai lhe dizia que a letra era para menino que não precisava encher o próprio prato (...)”

(Stênio Gardel)

A palavra “encher” é grafado com “ch” o que só ocorre em:

- (A) me_er (verbo).
- (B) sei_o (substantivo).
- (C) me_a (substantivo).
- (D) en_erto (verbo).

2. (CETAP - 2024)

Vírus é capaz de gerar eletricidade

Micróbio foi desenvolvido em laboratório - e talvez possa servir como bateria biológica um dia.

Ele se chama Mi13, foi criado por cientistas da Universidade da Califórnia (Berkeley), e tem uma habilidade inédita (1): se exposto ao calor, começa a produzir uma corrente elétrica.

Esse fenômeno, que se chama piroeletricidade (e só havia sido detectado em minerais), acontece porque a parte externa do vírus foi revestida por uma proteína eletricamente carregada: metade dela tem carga positiva, e a outra metade tem carga negativa.

O calor perturba as moléculas dessa proteína, fazendo com que elas se desmanchem - e esse movimento altera as posições dos polos negativo e positivo, gerando uma “diferença de potencial elétrico”, ou seja, voltagem.

Os cientistas acreditam que o M13 poderá ser usado, no futuro, como uma espécie de bateria biológica para alimentar pequenos dispositivos eletrônicos - como o vírus é capaz de se autorreplicar, ele “recarregaria” essa bateria sozinho.

(Bruno Garattoni. 12 de dezembro de 2023 <https://super.abril.uol.com.br>.)

A segunda palavra apresenta falha de grafia em:

- (A) carga / cargueiro.
- (B) vírus / virose.

(C) habilidade / habilidoso.

(D) alimentar / alimentício.

3. (CETAP - 2023)

Leia o poema e responda o que se pede no comando da questão.

Rios sem discurso

João Cabral de Melo Neto.

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água paralítica
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária;
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.
O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca que ele combate.
O porquê não está adequado em:
(A) Comunicar é o ideal porque lutamos.
(B) Este rio secou por quê?
(C) Secou porque não houve preocupação das autoridades.
(D) Desconheço o porquê desta tragédia ambiental.
(E) Essa é a profissão por que sempre ansiei.



AMOSTRA

4. (CETAP - 2024)**Vírus é capaz de gerar eletricidade**

Micróbio foi desenvolvido em laboratório - e talvez possa servir como bateria biológica um dia.

Ele se chama Mi13, foi criado por cientistas da Universidade da Califórnia (Berkeley), e tem uma habilidade inédita (1): se exposto ao calor, começa a produzir uma corrente elétrica.

Esse fenômeno, que se chama piroeletricidade (e só havia sido detectado em minerais), acontece porque a parte externa do vírus foi revestida por uma proteína eletricamente carregada: metade dela tem carga positiva, e a outra metade tem carga negativa.

O calor perturba as moléculas dessa proteína, fazendo com que elas se desmanchem - e esse movimento altera as posições dos polos negativo e positivo, gerando uma "diferença de potencial elétrico", ou seja, voltagem.

Os cientistas acreditam que o M13 poderá ser usado, no futuro, como uma espécie de bateria biológica para alimentar pequenos dispositivos eletrônicos - como o vírus é capaz de se autorreplicar, ele "recarregaria" essa bateria sozinho.

(Bruno Garattoni.12 de dezembro de 20231<https://super.abril.uol.com.br>.

A alternativa em que a palavra não segue a regra de acentuação semelhante à "inédita" é:

- (A) biológicas.
- (B) proteína.
- (C) moléculas.
- (D) elétrica.

5. (CETAP - 2024)

O Texto seguinte servirá de base para responder à questão.

Uma Viagem Musical ao Coração do Pará com Joelma

A música 'Voando Pro Pará', interpretada pela cantora Joelma, é uma verdadeira celebração da cultura paraense e uma declaração de amor ao estado do Pará, no Norte do Brasil. Conhecida por sua carreira inicialmente no grupo Banda Calypso e posteriormente em carreira solo, Joelma tem uma forte conexão com ritmos regionais e a música brega pop, o que se reflete em suas canções animadas e cheias de referências culturais.

A letra da música é um convite para conhecer e se deleitar com as belezas e sabores do Pará. Joelma menciona o tacacá, uma iguaria típica da região, e outros

(Remo vs. Paysandu), o Mangal das Garças e o Forte do Presépio. A artista expressa a sensação de liberdade e alegria que sente ao visitar esses lugares, enfatizando o prazer de estar em meio à cultura paraense.

A música também aborda a temática da saudade e do retorno às origens, algo muito presente na vida de quem migra ou viaja. Joelma canta sobre matar a saudade de coisas simples como a pupunha com café, mostrando que o valor da terra natal está nas pequenas coisas que remetem à identidade e às memórias afetivas. 'Voando Pro Pará' é, portanto, um hino à terra natal da cantora, um convite para dançar e se sentir bem, e uma forma de valorizar e divulgar a rica cultura do Pará.

(letras.mus.br/joelma)

Voando Pro Pará

Joelma

Eu vou tomar um tacacá
Dançar, curtir, ficar de boa
Pois quando chego no
Pará Me sinto bem, o tempo voa
Chegou o mês de férias, vou voando pro
Pará Vou direto ao Ver-o-Peso apurar meu paladar
Ficar bem à vontade e fazer o que quiser
E matar minha saudade da pupunha com café
Eu vou
Na Estação das Docas,
vou Ver o Re x Pa no estádio
Vou sair à noite com os amigos,
eu vou me jogar
Eu vou
Lá no Mangal das Garças, vou
No Forte do Presépio
E, depois do Point do Açaí,
eu quero me divertir
Eu vou tomar um tacacá
Dançar, curtir, ficar de boa
Pois quando chego no Pará
Me sinto bem, o tempo voa.

(Cristyan Lima, Isac Maraial, Nilk Oliveira e Valter Serraria)

A alternativa em que as palavras apresentam a mesma regra de acentuação é:

- (A) presépio - típica.
- (B) celebração - declaração.



LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

1. (2026)

A Lei nº 14.457/2022 reforçou, no ambiente laboral, mecanismos destinados à prevenção e ao enfrentamento do assédio sexual e de outras formas de violência. Considerando as medidas preventivas apresentadas no material, assinale a alternativa correta.

- (A) A prevenção deve limitar-se à aplicação de penalidades depois de comprovada a ocorrência de assédio.
- (B) A existência da CIPA afasta a responsabilidade dos gestores e das demais estruturas internas.
- (C) As organizações devem adotar regras de conduta, procedimentos para recebimento e acompanhamento de denúncias e ações periódicas de capacitação, quando abrangidas pelas exigências legais.
- (D) Os canais de denúncia devem obrigatoriamente estar subordinados à chefia imediata do denunciante.
- (E) A prevenção institucional dispensa medidas de proteção contra retaliação.

2. (2026)

Nos termos do art. 1º da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o tratamento de dados pessoais, inclusive em meios digitais, é disciplinado com o objetivo de:

- (A) proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- (B) garantir exclusivamente a exploração econômica de bancos de dados.
- (C) restringir o tratamento de informações às pessoas jurídicas de direito privado.
- (D) proteger apenas informações classificadas como dados pessoais sensíveis.
- (E) regular exclusivamente os bancos de dados mantidos pela administração pública.

3. (2026)

O art. 5º da Lei nº 13.709/2018 estabelece conceitos essenciais à proteção de dados. Segundo a LGPD, considera-se controlador:

- (A) exclusivamente a autoridade pública responsável pela fiscalização da LGPD.
- (B) a pessoa natural titular dos dados submetidos ao tratamento.
- (C) a pessoa indicada apenas para receber reclamações dos titulares.
- (D) a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- (E) somente a pessoa jurídica que execute materialmente operações determinadas por terceiro.

4. (2026)

Entre os princípios previstos no art. 6º da Lei nº 13.709/2018 encontra-se o da necessidade. A aplicação desse princípio exige:

- (A) conservação permanente de toda informação coletada.
- (B) limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, utilizando dados pertinentes, proporcionais e não excessivos.
- (C) utilização preferencial de informações sensíveis.
- (D) compartilhamento dos dados sempre que houver interesse empresarial.
- (E) coleta preventiva de informações que possam vir a ser úteis futuramente.

5. (2026)

De acordo com o art. 18 da Lei nº 13.709/2018, o titular possui diversos direitos em relação aos dados pessoais tratados pelo controlador. Constitui um desses direitos:

- (A) determinar diretamente a aplicação de multa ao controlador.
- (B) impedir qualquer tratamento fundamentado em obrigação legal.
- (C) exigir que todos os seus dados sejam divulgados publicamente.



AMOSTRA

- (D) impedir a atuação fiscalizatória da autoridade nacional.
- (E) obter confirmação da existência de tratamento e acesso aos seus dados.

6. (2026)

A Lei nº 12.846/2013 disciplina a responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. Conforme seu art. 2º:

- (A) a pessoa jurídica somente responde quando demonstrada culpa de seus administradores.
- (B) a responsabilidade administrativa depende de prévia condenação criminal.
- (C) as pessoas jurídicas são responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- (D) apenas empresas públicas podem responder objetivamente.
- (E) a responsabilização restringe-se aos atos praticados no território nacional.

7. (2026)

O art. 5º da Lei nº 12.846/2013 relaciona atos considerados lesivos à administração pública nacional ou estrangeira. Constitui uma dessas condutas:

- (A) apresentar recurso administrativo contra decisão desfavorável.
- (B) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceira pessoa a ele relacionada.
- (C) participar regularmente de processo licitatório.
- (D) executar obrigação contratual previamente estabelecida.
- (E) comunicar às autoridades possível irregularidade praticada por terceiro.

8. (2026)

Segundo o art. 6º da Lei nº 12.846/2013, na esfera administrativa, podem ser aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos:

- (A) multa e publicação extraordinária da decisão condenatória.
- (B) exclusivamente advertência.
- (C) dissolução compulsória e pena privativa de liberdade.
- (D) somente obrigação de ressarcir o dano.
- (E) perda automática da personalidade jurídica.

9. (2026)

O art. 10 da Lei nº 12.846/2013 estabelece regras relativas ao Processo Administrativo de Responsabilização. O processo será conduzido:

- (A) por comissão formada exclusivamente por agentes políticos.
- (B) por autoridade judicial designada para cada caso.
- (C) pelo Ministério Público, necessariamente.
- (D) por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por dois ou mais servidores estáveis.
- (E) por apenas um servidor estável indicado pela chefia.

10. (2026)

Sobre o acordo de leniência disciplinado pelo art. 16 da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que a pessoa jurídica interessada deve, entre outros requisitos:

- (A) continuar participando da infração até o julgamento do processo.
- (B) negar sua participação no ilícito.
- (C) aguardar condenação definitiva antes de colaborar.
- (D) limitar sua colaboração à apresentação de defesa escrita.
- (E) cessar completamente seu envolvimento na infração investigada e cooperar plena e permanentemente com a investigação e o processo.

11. (2026)

O Decreto nº 11.129/2022 regulamenta a Lei nº 12.846/2013. De acordo com seu art. 2º, a apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica decorrente do poder sancionador da administração pública será efetuada:

- (A) exclusivamente por ação judicial.
- (B) por Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) ou acordo de leniência.
- (C) exclusivamente mediante inquérito policial.
- (D) somente por auditoria do Tribunal de Contas.
- (E) mediante procedimento arbitral obrigatório.

12. (2026)

Conforme o art. 3º do Decreto nº 11.129/2022, a investigação preliminar destinada à apuração de possível ato lesivo contra a administração pública federal possui:

- (A) natureza sancionadora e necessariamente pública.
- (B) finalidade exclusivamente indenizatória.



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (CETAP - 2025)

Qual item não é um periférico de um microcomputador?

- (A) Impressora.
- (B) Monitor.
- (C) Mouse.
- (D) Placa-mãe.
- (E) Teclado.

2. (CETAP - 2026)

Qual das funcionalidades a seguir é uma melhoria do Sistema Operacional Windows 11 em relação a suas versões anteriores (Windows 7, 8 e 10)?

- (A) Substituição do sistema de arquivos padrão de NTFS por EXT4.
- (B) Snap Layouts (Layouts de Encaixe).
- (C) Introdução do Navega Opera como Padrão.
- (D) Exclusão da barra de tarefas.
- (E) Redução da compatibilidade com aplicativos antigos.

3. (CETAP - 2025)

Considerando o sistema operacional Windows 11, qual nova funcionalidade permite encaixar janelas abertas em diferentes layouts predefinidos, como dividir a tela ao meio, em três ou quatro seções, dependendo do tamanho e resolução da tela?

- (A) Central de Ações.
- (B) Cortana.
- (C) Snap Layouts.
- (D) Aero Snap.

4. (CETAP - 2025)

Um usuário, que possui direito total de administrador numa pasta do *Windows*, seleciona um arquivo e *aplica* o conjunto de teclas *SHIFT* + *DEL* (ou *SHIFT* + *Delete*). O que irá acontecer com este arquivo?

- (A) Será feita uma cópia deste arquivo na pasta “backup” do *Windows*.
- (B) O arquivo será excluído do sistema sem passar pela “lixeira” do *Windows*.

(C) O arquivo será movido da pasta atual para pasta “temp” do *Windows*.

(D) Irá para a “lixeira” do *Windows* e poderá ser recuperado.

5. (CETAP - 2024)

Pressionando simultaneamente as teclas *Windows* + *R* para abrir a caixa de diálogo, qual comando deve ser dado para abrir o gerenciador de dispositivos?

- (A) msconfig
- (B) devmgmt.msc
- (C) services.msc
- (D) rgsvr32

6. (CETAP - 2026)

Qual ferramenta do *Windows 10* permite exibir o desempenho do computador em tempo real, incluindo CPU, memória, disco e rede?

- (A) DiskPart.
- (B) DISM — (Deployment Image Servicing and Management)
- (C) Gerenciador de Tarefas.
- (D) Segurança do *Windows* (*Windows Defender*).

7. (CETAP - 2026)

No *Windows 10*, ao arrastar um arquivo de um disco para outro disco diferente (por exemplo, do Disco Local (C:) para um pendrive — unidade E:), sem pressionar nenhuma tecla do teclado, que ação teremos como resultados?

- (A) O arquivo é excluído do disco de origem e enviado para a Lixeira.
- (B) O arquivo é copiado para o novo disco, permanecendo no disco de origem.
- (C) O arquivo é movido para o novo disco e removido do disco de origem.
- (D) O arquivo é copiado para o novo disco e automaticamente enviada uma cópia para a Lixeira.

8. (CETAP - 2026)

Uma boa prática para desinstalar corretamente um programa que está instalado em um microcomputador com Sistema Operacional *Windows 10* é:



AMOSTRA

- (A) excluir a pasta do programa diretamente no Disco Local (C:)
- (B) selecionar o executável do programa e teclas SHIFT+DEL
- (C) enviar o atalho do programa para a Lixeira.
- (D) utilizar a opção “Aplicativos e Recursos” nas Configurações do Windows e selecionar o botão de desinstalar no programa que se deseja desinstalar.

9. (CETAP - 2025)

Qual comando no Windows 10 abre a interface de configuração do *Firewall do Windows*, permitindo configurar permissões de entrada/saída de programas na rede?

- (A) *ipconfig*
- (B) *fw.mod*
- (C) *tracert*
- (D) *firewall.cpl*

10. (CETAP - 2024)

Qual conjunto de teclas do Windows 10 abre a área de transferência?

- (A) Logotipo do Windows + V.
- (B) Logotipo do Windows + X.
- (C) Logotipo do Windows + M.
- (D) Logotipo do Windows + K.

11. (CETAP - 2024)

Qual conjunto de teclas no Microsoft Word 10 permite sublinhar um texto selecionado, sem sublinhar os espaços em branco existentes neste texto.

- (A) Ctrl+W.
- (B) Ctrl+Shift+S.
- (C) Ctrl+Shift+W.
- (D) Ctrl+S.

12. (CETAP - 2024)

O conjunto de teclas Logotipo do Windows + K utilizada no Windows 10 gera que ação neste Sistema Operacional?

- (A) Abre a Área de transferência.
- (B) Minimiza todas as janelas, independente de quantas janelas estejam maximizadas.
- (C) Abre a ação rápida “Conectar”, que auxilia na conexão de dispositivos de áudio e vídeo sem fios.
- (D) Abre o menu Link Rápido.

13. (CETAP - 2024)

O recurso Virtual Desktops do Windows 10 é um recurso:

- (A) definido como assistente virtual inteligente do sistema operacional Windows 10 que oferece uma quantidade de serviços de suporte para o usuário e pode ser acionado por consulta digitada ou falada.
- (B) que detecta e remove malware, trojan, spyware e adware instalados no computador e também monitora o computador para evitar que estes softwares perigosos modifiquem configurações tanto do navegador, como do sistema operacional.
- (C) que permite que se crie várias áreas de trabalho virtuais para organizar as tarefas e aplicativos de maneira mais eficiente.
- (D) que facilita a organização das janelas abertas na área de trabalho para que se possa acessar rapidamente as coisas que são importantes quando se precisa delas.

14. (CETAP - 2024)

Você deseja ajustar a configuração de vídeo do seu computador com Windows 10 para melhorar a qualidade da imagem exibida em um monitor externo. Qual das seguintes opções representa uma maneira correta de acessar as configurações de vídeo para a realização dessa tarefa?

- (A) Pressionar simultaneamente as teclas “Windows + V” para abrir as configurações de monitores externos.
- (B) Clicar com o botão direito do mouse na área de trabalho e selecionar “Configurações de Vídeo” no menu de contexto para acessar as opções de configuração de vídeo.
- (C) Pressionar simultaneamente as teclas “Windows + P” para abrir o menu de projeção e selecionar a opção desejada (por exemplo, “Estender” ou “Duplicar”) para ajustar a configuração de vídeo do monitor externo.
- (D) Acessar as configurações de vídeo através do “Gerenciador de Dispositivos”, clicando com o botão direito do mouse no ícone do Windows no canto inferior esquerdo da tela e selecionando “Gerenciador de Dispositivos” para modificar as configurações de vídeo.



RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (CETAP - 2025)

Uma piscina olímpica pode ser esvaziada em 4 horas através do ralo de escoamento, sendo que o sistema de bomba pode enchê-la em 5 horas. Com a piscina cheia, simultaneamente são abertos o ralo de escoamento e ligada a bomba. Logo, a piscina olímpica:

- (A) se esvaziará em 20 horas.
- (B) se esvaziará em 5 horas.
- (C) nunca se esvaziará.
- (D) se esvaziará em 4 horas.
- (E) se esvaziará em 9 horas.

2. (CETAP - 2024)

Um caminhão transporta três cargas, A, B e C. O total das cargas é de 3,2 toneladas. Se a carga A tem $\frac{7}{16}$ do peso total, a carga B tem $\frac{1}{2}$ do peso total e a carga C tem $\frac{1}{16}$ do peso total, qual é o peso da carga A em kg?

- (A) 1.400 kg.
- (B) 200 kg.
- (C) 3.200 kg.
- (D) 1.600 kg.

3. (CETAP - 2024)

Maria está dividindo um bolo entre seus amigos. Ela corta o bolo em 8 pedaços iguais. Se Maria comeu $\frac{3}{8}$ do bolo, quantos pedaços sobraram para seus amigos?

- (A) 4 pedaços.
- (B) 2 pedaços.
- (C) 5 pedaços.
- (D) 3 pedaços.

4. (CETAP - 2024)

Pedro gastou $\frac{3}{5}$ de seu dinheiro em uma loja. Quanto sobrou do seu dinheiro?

- (A) $\frac{4}{5}$.
- (B) $\frac{2}{5}$.
- (C) $\frac{5}{3}$.
- (D) $\frac{1}{5}$.

5. (CETAP - 2024)

Três amigas foram almoçar em um restaurante, cujo prato custa R\$ 37,50 por quilo. Ana estava com muita fome, seu prato pesou 1,24 kg. Bianca não come muito, seu prato pesou 0,6 kg. Cintia consumiu 0,74 kg de comida.

Quanto foi o total pagou pelas três amigas?

- (A) R\$ 76,45.
- (B) R\$ 95,50.
- (C) R\$ 96,75.
- (D) R\$ 85,10.

6. (CETAP - 2024)

Uma loja vendeu 3,75 kg de maçãs e 1,25 kg de bananas. Quantos quilogramas de frutas a loja vendeu ao todo?

- (A) 5,5 kg.
- (B) 6 kg.
- (C) 6,5 kg.
- (D) 5 kg.

7. (CETAP - 2022)

Um homem de 1,80m de altura projeta uma sombra de 2,40m de comprimento, no mesmo instante um poste projeta uma sombra de 5m. Qual a altura do poste?

- (A) 3,9m
- (B) 4m
- (C) 3,75m
- (D) 2,8m

8. (CETAP - 2026)

Uma gráfica imprime 450 panfletos em 3 horas, mantendo o mesmo ritmo de produção. Marque a alternativa correta quanto ao número de panfletos que serão impressos em 8 horas.

- (A) 1.350 panfletos.
- (B) 1.000 panfletos.
- (C) 1.200 panfletos.
- (D) 900 panfletos.



AMOSTRA

9. (CETAP - 2026)

08 agentes da guarda municipal realizam uma determinada tarefa em 4 horas de trabalho. 10 agentes, com a mesma capacidade de trabalho dos anteriores, realizariam essa mesma tarefa em:

- (A) 5 horas e 33 minutos de trabalho.
- (B) 3 horas e 12 minutos de trabalho.
- (C) 5 horas de trabalho.
- (D) 3 horas de trabalho.
- (E) 3 horas e 20 minutos de trabalho.

10. (CETAP - 2025)

Três policiais da guarda civil realizam uma determinada tarefa em 4 horas de trabalho. Quatro policiais, com a mesma capacidade de trabalho dos anteriores, realizariam essa mesma tarefa em:

- (A) 3h00.
- (B) 5h20.
- (C) 12h00.
- (D) 5h33.

11. (CETAP - 2024)

Uma costureira, sabe que 150 metros de um tecido, dá para fazer 5 pares de trajes para as crianças participarem de uma festinha. Dias antes, ela fica sabendo, que terá mais 3 pares de criança participando da festinha. Quantos metros a mais será preciso, para a costureira fazer todos os trajes da festinha?

- (A) 90 metros.
- (B) 80 metros.
- (C) 60 metros.
- (D) 70 metros.

12. (CETAP - 2024)

A tabela a seguir mostra quantas tortas, 4 equipes de confeitores, fizeram em horas, numa competição de tortas.

Equipe	Tortas	Horas
Os Crocantes	22	4
Sossego das Tortas	27	6
Confeitores Fabulosos	21	5
Delícia	20	3

Qual equipe fez tortas a uma taxa de 4,5 por hora?

- (A) Confeitores Fabulosos.
- (B) Delícia.
- (C) Sossego das Tortas.
- (D) Os Crocantes.

13. (CETAP - 2024)

Em um mapa, de escala 1:6.000.000, a distância em linha reta entre as cidades A e B mede 1,5 cm. Então, a distância real entre as cidades A e B, em linha reta, é de:

- (A) 90 km.
- (B) 60 km.
- (C) 70 km.
- (D) 80 km.

14. (CETAP - 2024)

Um mestre de obras junto com seu ajudante fazem 150 metros de muro em 30 dias.

Os dois trabalhando do mesmo modo em quantos dias farão 350 metros de muro?

- (A) 100 dias.
- (B) 70 dias.
- (C) 80 dias.
- (D) 90 dias.

15. (CETAP - 2024)

Em uma planta arquitetônica, a escala utilizada é de 1:50. Se um corredor na planta tem 4 cm de comprimento, então o comprimento real do corredor seria de:

- (A) 8 m.
- (B) 2 m.
- (C) 20 m.
- (D) 4 m.

16. (CETAP - 2024)

Um trabalhador pode completar um projeto em 16 dias, trabalhando 6 horas por dia. Se ele reduzir suas horas diárias para 4 horas, e contratar 2 ajudantes, em quanto tempo ele concluirá o projeto?

- (A) 8 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 12 dias.

17. (CETAP - 2024)

Se 4 caminhões transportam uma carga em 5 horas, quantas horas levariam 8 caminhões para transportar a mesma carga?

- (A) 2 horas.
- (B) 2,5 horas.
- (C) 1,5 horas.
- (D) 3 horas.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2026)

Acerca estrutura político-institucional adotada na Constituição Federal de 1988, assinale V para afirmativa verdadeira e F para falsa.

- () Sistema de governo: República.
- () Forma de governo: Presidencialista.
- () Forma de Estado: Federativa.
- () Regime político: Democracia participativa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V – V.
- (B) V – F – V – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – V – F – V.
- (E) F – V – V – F.

2. (2023)

A Constituição Federal de 1988 estabelece, entre os princípios da educação, em quais termos deverá se dar a relação entre instituições públicas e instituições privadas de ensino.

Assinale a opção que identifica **corretamente** esta relação.

- (A) Precedência das instituições públicas sobre as instituições privadas.
- (B) Coexistência da oferta de ambos os tipos de instituição de ensino.
- (C) Concorrência livre entre ambas pela conquista do alunado.
- (D) Prioridade de um ou outro tipo conforme os resultados obtidos.

3. (2026)

Considere o seguinte trecho, extraído de decisão do Supremo Tribunal Federal:

“O art. [...] da Constituição assenta como um dos [...] do Estado brasileiro a [...] – que significa o poder político supremo dentro do território, e, no plano internacional no tocante às relações da República Federativa do Brasil com outros Estados soberanos [...]. A [...], dicotomizada em interna e externa, tem na primeira a exteriorização da vontade popular [...] através dos representantes do povo no parlamento e no governo; na segunda, a sua expressão no plano internacional, por meio do presidente da República.”

À luz da Constituição Federal, o texto em destaque refere-se à

- (A) autodeterminação dos povos, consagrada como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (B) soberania, consagrada como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (C) separação dos poderes, consagrada como um dos princípios fundamentais do Estado brasileiro.
- (D) igualdade entre os Estados, consagrada como um dos princípios de regência da República brasileira nas suas relações internacionais.
- (E) independência nacional, consagrada como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro.

4. (2023)

A separação de poderes, prevista na Constituição Federal de 1988, configura-se como

- (A) fundamento da República.
- (B) princípio fundamental.
- (C) princípio de regência das relações internacionais.
- (D) objetivo fundamental da República.
- (E) direitos e garantias individuais e coletivos.

5. (2023)

João, professor de direito constitucional, explicou aos seus alunos que os direitos fundamentais da pessoa humana, consagrados pela Constituição da República, são potencialmente colidentes com outros direitos, titularizados por pessoa diversa, ou com interesses de contornos difusos ou coletivos. Por fim, João questionou Pedro, seu aluno, a respeito da teoria sobre os direitos fundamentais que explica a forma como são individualizados e a sua influência na solução das colisões identificadas, considerando a explicação inicial.

Pedro respondeu corretamente que a explicação de João se ajusta à teoria



AMOSTRA

(A) externa, segundo a qual o direito fundamental apresenta um conteúdo *prima facie*, que antecede a posição definitiva, somente delineada após a identificação das restrições que deve sofrer.

(B) externa, segundo a qual a máxima de concordância prática entre os direitos fundamentais se torna efetiva quando, em caso de colisão, é identificado, entre os sentidos imanentes de cada qual, o que deve preponderar.

(C) interna, que encampa a dualidade existencial entre direito e restrição, apregoando a necessidade da ponderação de interesses para identificar a solução para a colisão entre direitos fundamentais em um caso concreto.

(D) interna, segundo a qual o direito fundamental possui um sentido imanente, assumindo contornos provisórios até o surgimento da colisão a ser superada, momento em que serão consideradas as restrições que influirão no surgimento da posição definitiva.

(E) interna, segundo a qual os direitos fundamentais ocupam posições definitivas, de modo que quaisquer restrições que lhes sejam impostas em caso de colisão devem ser argumentativamente justificadas com base na relevância do bem jurídico tutelado.

6. (2023)

Em determinada relação processual, João, pessoa pública, argumentava que a conduta de Pedro, jornalista, ao elaborar extensa matéria sobre distintos aspectos de sua vida funcional, com a correlata emissão de juízo crítico a respeito de cada um deles, causou danos à sua honra. Pedro, por sua vez, sustentava o evidente interesse público no conhecimento da vida profissional de João, especialmente por ter ocupado cargos públicos durante décadas.

O Juiz de Direito, ao analisar os argumentos de João e Pedro, concluiu corretamente, à luz do entendimento dominante no direito brasileiro, que

(A) o direito à honra, enquanto projeção da dignidade humana, apresenta posição preferente no rol dos direitos fundamentais, sempre que estiver em situação de colisão com outros bens e valores.

(B) apesar do caráter absoluto dos direitos fundamentais, o que decorre do princípio da dignidade da pessoa humana, a resolução das situações de colisão ocorrerá com o emprego da técnica de ponderação.

(C) direitos fundamentais não são ontologicamente colidentes entre si, sendo necessário identificar o potencial expansivo de cada qual, de modo a verificar qual deles, se o de João ou o de Pedro, se projeta sobre a situação concreta.

(D) a concordância prática entre os direitos fundamentais é solucionada a partir da identificação do seu sentido imanente, que é concebido em sua individualidade, à margem de considerações em relação a outros direitos.

(E) os direitos fundamentais, como os de João e Pedro, embora apresentem um sentido inicial, se projetarão na realidade conforme os circunstancialismos presentes no momento da aplicação, de modo que podem se comprimir ou estender.

7. (2024)

A Constituição Federal de 1988 disciplina a forma de internalização dos tratados internacionais de direitos humanos. Sobre essa temática, assinale **V** para a afirmativa **verdadeira** e **F** para a **falsa**.

() Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;

() Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte;

() As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais precisam ser regulamentadas por lei ordinárias para ter aplicabilidade no caso concreto.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – F.

(B) F – F – V.

(C) F – F – F.

(D) V – V – F.

(E) V – F – V.

8. (2023)

A Associação de Moradores Alfa impetrou mandado de segurança preventivo contra ato do secretário municipal de Ordem Pública, que a notificou informando que, com base na Lei municipal nº Y/2023, as associações que não tivessem deferida a licença de criação, pela autoridade municipal, teriam que paralisar suas atividades após o decurso de sessenta dias, situação que permaneceria inalterada até que a licença fosse requerida e deferida.



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FGV - 2024)

A equipe de planejamento de ente público estadual concluiu a proposta de lei orçamentária anual e submeteu-a no prazo à Assembleia Legislativa. Na semana seguinte, houve um acidente que danificou parte de uma ponte de uma rodovia gerida pelo estado. O tráfego na ponte não foi totalmente interditado, mas seria necessário programar obras de reparo. O governo do estado solicitou que a equipe de planejamento incluísse essa despesa no orçamento do exercício seguinte, em tramitação no Poder Legislativo, bem como a previsão de uma operação de crédito para cobrir essa despesa.

A solicitação do governo do estado:

- (A) está alinhada ao princípio da universalidade do orçamento;
- (B) é desnecessária, pois podem-se abrir créditos extraordinários;
- (C) deve ser atendida somente se não impactar os resultados nominal e primário;
- (D) deve ser cumprida no exercício em curso, com abertura de crédito adicional suplementar;
- (E) deve ser acatada somente no exercício seguinte, em referência ao princípio da anualidade.

2. (FGV - 2024)

Os princípios orçamentários são diretrizes fundamentais que orientam o processo de elaboração, execução e controle do orçamento, garantindo transparência, responsabilidade e eficiência na gestão dos recursos financeiros de uma organização.

Assinale a opção que indica o princípio que preconiza que o orçamento deve ser uno.

- (A) Anualidade.
- (B) Universalidade.
- (C) Exclusividade.
- (D) Unidade.
- (E) Orçamento Bruto.

3. (FCC - 2022)

O Governo Federal incluiu no projeto da lei orçamentária anual autorização para a contratação de operação de crédito. Em um primeiro momento, foi observado que isso não seria possível porque a lei orçamentária anual não pode conter dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa. Todavia, posteriormente, essa constatação foi corrigida tendo em vista que a autorização para a contratação de operação de crédito é **EXCEÇÃO** constitucional ao princípio orçamentário

- (A) da unidade.
- (B) da não afetação.
- (C) da universalidade.
- (D) da exclusividade.
- (E) do equilíbrio.

4. (FGV - 2023)

O Plano Plurianual (PPA) para 2024-2027 foi entregue ao Congresso Nacional no final de agosto de 2023, trazendo como uma de suas prioridades a neoindustrialização do país, tema que vem sendo defendido como primordial pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Para o programa “Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional”, que tem o MDIC como órgão responsável, o plano prevê um gasto total em 4 anos de, aproximadamente,

- (A) R\$ 90 milhões.
- (B) R\$ 900 milhões.
- (C) R\$ 9 bilhões.
- (D) R\$ 90 bilhões.
- (E) R\$ 900 bilhões.

5. (FGV - 2025)

A Constituição Federal de 1988 preceitua que a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Conforme Lei de Diretrizes Orçamentárias essa determinação constitucional está condicionada à seguinte regra:



AMOSTRA

- (A) Aplica-se exclusivamente as discricionárias.
- (B) Aplica-se nos casos de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados.
- (C) Impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais.
- (D) Não se subordina ao cumprimento de dispositivos legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas.
- (E) Aplica-se exclusivamente às despesas primárias discricionárias e às receitas financeiras vinculadas.

6. (FGV - 2026)

Quando da elaboração do projeto de lei orçamentária (PLOA) do município Alfa, os gestores incluíram propostas de dispositivos legais contemplando as seguintes normas:

- I. Autorização ao Poder Executivo para contrair operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
- II. Inclusão, como receita orçamentária no próprio PLOA, do produto da estimativa de recursos oriundos de alienação de bens imóveis.
- III. Consignação de dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material e serviços de terceiros.

Ao ser submetido a apreciação do Poder Legislativo, e considerando as disposições da Lei nº 4.320/64, poderá ser aprovada(s) a(s) norma(s) constante(s) do(s) item(ns)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

7. (FCC - 2025)

Sobre a proposta orçamentária, a Lei nº 4.320/1964 estabelece que:

- (A) se o Poder Legislativo não receber essa proposta no devido prazo, ele deverá considerar como proposta a Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro anterior.
- (B) o Poder Legislativo deve elaborar essa proposta e encaminhá-la para a análise do Poder Executivo dentro dos prazos estabelecidos nas Constituições e Leis Orgânicas dos municípios.
- (C) as propostas orçamentárias parciais serão revistas e coordenadas na proposta geral, considerando-se a receita estimada e as novas circunstâncias.

(D) os órgãos de planejamento devem elaborar relatórios trimestrais de execução da despesa para servir de base para a estimativa da receita dessa proposta.

(E) em relação às previsões plurianuais, as receitas e despesas correntes serão organizadas em um Quadro de Fluxos Operacionais Correntes, aprovado por resolução do Poder Legislativo.

8. (FGV - 2026)

O Secretário de Planejamento e Orçamento conduz uma reunião com sua equipe técnica para avaliar a execução orçamentária e financeira do exercício corrente. Durante a reunião, três fatos administrativos são colocados em pauta para a devida deliberação, classificação e registro:

I. Constatou-se, ao término do primeiro bimestre, que a realização da receita está frustrada, o que poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário fixadas na LDO.

II. Houve a necessidade de transferir parcela do crédito orçamentário aprovado para uma de suas delegacias regionais (unidade gestora integrante do mesmo órgão/estrutura administrativa), mantendo-se inalteradas as classificações institucional, funcional e programática originais.

III. Ocorreu o surgimento de despesas urgentes e imprevistas decorrentes de calamidade pública na região Sul, para as quais não há qualquer dotação prévia na LOA.

Com base nas disposições da Lei Complementar nº 101/2000 e da Lei nº 4.320/1964, assinale a afirmativa correta.

- (A) Na Situação I, o Ministério deverá promover, nos trinta dias subsequentes, a anulação imediata das dotações orçamentárias e o cancelamento dos empenhos já liquidados para garantir o equilíbrio fiscal.
- (B) A Situação II caracteriza o estágio da descentralização financeira denominado “repasse”, visto que a movimentação ocorre entre a unidade central e uma unidade regional subordinada ao mesmo ministério.
- (C) A Situação III exige a abertura de um crédito adicional especial, o qual poderá ser aberto por medida provisória pelo Poder Executivo e independe da indicação prévia de fontes de recursos disponíveis para cobertura.

TÉCNICA LEGISLATIVA

1. (2026)

A técnica legislativa apresenta uma dimensão científica e uma dimensão artesanal. Considerando essa dupla natureza, assinale a alternativa que caracteriza corretamente a dimensão científica da técnica legislativa.

(A) Refere-se exclusivamente ao estilo pessoal utilizado pelo redator para tornar a lei mais elegante.

(B) Consiste na liberdade do legislador de alterar o sentido das palavras conforme a finalidade política pretendida.

(C) Apoia-se em critérios verificáveis, como análise da matéria, levantamento da legislação existente, escolha do instrumento normativo e controle de compatibilidade constitucional.

(D) Limita-se à correção gramatical realizada depois da aprovação do projeto.

(E) Corresponde à escolha política sobre a conveniência e a oportunidade de editar determinada norma.

2. (2026)

A técnica legislativa não se confunde com política legislativa, processo legislativo ou hermenêutica. Nesse contexto, a função específica da técnica legislativa consiste em

(A) definir como expressar, organizar e redigir corretamente aquilo que foi decidido no plano normativo.

(B) determinar se determinada política pública deve ou não ser adotada pelo Estado.

(C) interpretar o significado de uma norma já vigente diante de determinado caso concreto.

(D) estabelecer exclusivamente as competências para iniciativa, votação, sanção e promulgação das leis.

(E) avaliar apenas os efeitos econômicos e sociais decorrentes da aprovação de uma proposição.

3. (2026)

A relação entre técnica legislativa e hermenêutica pode ser compreendida a partir das diferentes perspectivas assumidas pelo redator e pelo intérprete. Assinale a alternativa correta.

(A) Ambas atuam somente depois da entrada em vigor da norma.

(B) A hermenêutica precede necessariamente a elaboração legislativa e determina a estrutura formal da lei.

(C) A técnica legislativa elimina a necessidade de interpretação quando a norma é redigida adequadamente.

(D) O intérprete constrói o texto normativo a partir de determinado sentido previamente escolhido.

(E) O redator parte de um sentido pretendido e busca construir um texto capaz de transmiti-lo com o mínimo possível de desvios interpretativos.

4. (2026)

A segurança jurídica figura entre as principais finalidades da boa redação normativa. Em relação a essa finalidade, é correto afirmar que uma norma tecnicamente adequada deve

(A) utilizar expressões amplas e indeterminadas para proporcionar maior liberdade ao aplicador.

(B) possibilitar que os destinatários conheçam antecipadamente as consequências jurídicas relacionadas às suas condutas.

(C) transferir à regulamentação posterior todos os elementos essenciais da obrigação.

(D) evitar a indicação do destinatário sempre que a norma possuir caráter geral.

(E) privilegiar fórmulas abertas, ainda que não seja possível identificar objetivamente o comportamento exigido.

5. (2026)

A inteligibilidade da norma relaciona-se diretamente com sua capacidade de comunicação com os diferentes destinatários. A respeito desse atributo, assinale a alternativa correta.

(A) Impõe a eliminação de qualquer terminologia técnica, independentemente da matéria tratada.

(B) Determina que somente profissionais do direito devam compreender integralmente o dispositivo.

(C) Permite que o significado da norma dependa do conhecimento dos debates legislativos que antecederam sua aprovação.

(D) Exige que o texto seja compreensível em grau compatível com o assunto, empregando termos técnicos quando necessários e de maneira estável.

(E) Autoriza frases extensas quando sua interpretação puder ser esclarecida posteriormente pela Administração.



AMOSTRA

6. (2026)

Ao elaborar nova norma, o redator identifica que já existe legislação disciplinando parcialmente a matéria. Para preservar a coerência do ordenamento, a conduta tecnicamente adequada consiste em

- (A) ignorar a legislação anterior, pois a lei posterior necessariamente resolverá qualquer incompatibilidade.
- (B) verificar as normas existentes e definir se a nova disciplina as complementará, modificará ou substituirá.
- (C) repetir integralmente as disposições anteriores no novo diploma.
- (D) utilizar cláusula genérica de revogação como única medida preventiva.
- (E) deixar eventuais conflitos para solução posterior por interpretação judicial.

7. (2026)

Nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis constituem matéria a ser disciplinada por

- (A) decreto do Presidente da República.
- (B) resolução do Congresso Nacional.
- (C) lei ordinária federal.
- (D) emenda constitucional específica.
- (E) lei complementar.

8. (2026)

A Lei Complementar nº 95/1998 constitui referência normativa central da técnica legislativa brasileira. Quanto ao seu alcance, assinale a alternativa correta.

- (A) Aplica-se exclusivamente às leis ordinárias federais.
- (B) Suas regras não podem ser utilizadas em relação a decretos.
- (C) Suas disposições aplicam-se, no que couber, aos decretos e demais atos de regulamentação expedidos por órgãos do Poder Executivo.
- (D) Disciplina exclusivamente o processo de votação de projetos no Congresso Nacional.
- (E) Incide apenas sobre a consolidação das leis federais.

9. (2026)

Nos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 95/1998, a respeito do objeto da lei, assinale a alternativa correta.

- (A) Excetuadas as codificações, cada lei deve tratar de um único objeto.
- (B) Uma lei pode reunir livremente matérias sem conexão, desde que isso seja mencionado na ementa.
- (C) O objeto da lei deve ser indicado somente nas disposições finais.
- (D) A unidade temática constitui mera recomendação estilística sem previsão normativa.
- (E) As codificações também estão obrigatoriamente limitadas a um único assunto específico.

10. (2026)

Uma lei destinada a disciplinar mobilidade urbana contém dispositivo que estabelece regras sobre cobrança de taxas em cemitérios, sem qualquer relação de afinidade, pertinência ou conexão com seu objeto. À luz do art. 7º da Lei Complementar nº 95/1998, essa situação

- (A) é permitida se o dispositivo estiver inserido nas disposições finais.
- (B) é admitida desde que aprovada pela maioria dos parlamentares.
- (C) não configura problema de técnica legislativa caso a ementa mencione ambos os assuntos.
- (D) viola a exigência de pertinência temática da matéria em relação ao objeto da lei.
- (E) somente seria irregular se houvesse outra lei tratando de cemitérios.

11. (2026)

O art. 7º da Lei Complementar nº 95/1998 estabelece regra destinada a evitar que o mesmo assunto seja disciplinado de maneira independente por diversos diplomas. Segundo essa disciplina,

- (A) qualquer lei posterior pode reproduzir integralmente matéria já regulada por outra.
- (B) nenhuma lei pode complementar outra lei anteriormente editada.
- (C) admite-se lei subsequente destinada a complementar lei considerada básica, desde que vinculada a ela por remissão expressa.
- (D) uma lei complementar jamais poderá remeter a outra norma.
- (E) a repetição legislativa é obrigatória quando houver mudança de órgão competente.



NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. (VUNESP - 2024)

Diversos processos permeiam a organização de uma instituição e o seu bom funcionamento. Para a harmonia e lógica nas rotinas realizadas, um método adotado para a estruturação de equipes é o organograma.

Assinale a alternativa que especifica os principais modelos dessa ferramenta.

- (A) Circular, clássico, integrado, matricial e processual.
- (B) Clássico, circular, horizontal, matricial e setorial.
- (C) Circular, integrado, setorial, sistêmico e vertical.
- (D) Estrutural, matricial, múltiplo, radial e sistêmico.
- (E) Circular, horizontal, integrado, multifuncional e vertical.

2. (VUNESP - 2024)

Ambiente é definido como o contexto no qual a organização está inserida. Pode-se classificar o ambiente organizacional como geral ou macroambiente e específico ou microambiente.

Estão inseridos no macroambiente das organizações:

- (A) os clientes e os consumidores.
- (B) os clientes e a legislação vigente.
- (C) a legislação vigente e a inflação.
- (D) os consumidores e a legislação vigente.
- (E) a inflação e os consumidores.

3. (VUNESP - 2025)

Os processos de liderança, de motivação e de gestão de pessoas de uma organização, seja ela pública ou privada, guardam relação com a seguinte função da Administração:

- (A) organização.
- (B) planejamento.
- (C) direção.
- (D) controle.
- (E) monitoramento.

4. (VUNESP - 2024)

Em uma entidade pública, verificou-se que as relações interpessoais afetam fortemente as decisões tomadas internamente, mas nem sempre tais relações são reconhecidas ou representadas no organograma, o que diz respeito diretamente à seguinte função da Administração:

- (A) avaliação.
- (B) controle.
- (C) direção.
- (D) planejamento.
- (E) organização.

5. (VUNESP - 2023)

Alguns estudiosos da administração consideram as funções de planejamento e de controle como gêmeas, uma vez que “não adianta planejar se não houver controle, e não se pode controlar se não houver planejamento”.

A partir dessa premissa, é correto afirmar que o controle abrange

- (A) a avaliação dos padrões e metas delineados no planejamento, de forma a impor mudanças para uma nova ação a médio prazo.
- (B) as medidas para mitigar os recursos financeiros que atendem aos processos produtivos apontados no planejamento.
- (C) o processo de estabelecer as relações entre as pessoas e grupos com a finalidade de se alcançar os objetivos do planejamento.
- (D) a aferição do desempenho em relação a padrões, determinados no planejamento, que estabelece objetivos e metas e formula planos.
- (E) o sincronismo na organização e coordenação das atividades gerenciais, restringindo o cronograma previsto no planejamento.

AMOSTRA

6. (VUNESP - 2023)

Liderança, motivação e coordenação dos funcionários no desenvolvimento de tarefas e atividades são características que estão relacionadas à seguinte função do processo administrativo de uma organização:

- (A) organização.
- (B) controle.
- (C) avaliação.
- (D) planejamento.
- (E) direção.

7. (VUNESP - 2024)

A implementação da Gestão da Qualidade em uma empresa requer ferramentas específicas que ajudem a estabelecer, monitorar e aprimorar os processos, produtos e serviços.

O Ciclo PDCA, ferramenta utilizada no processo de melhoria contínua, foi criado por:

- (A) Armand Vallin Feigenbaum.
- (B) Willian Edwards Deming.
- (C) Kaoru Ishikawa.
- (D) Joseph Moses Juran.
- (E) Walter Andrew Shewhart.

8. (VUNESP - 2023)

Uma das ferramentas possíveis de ser utilizada na promoção da qualidade do setor público é o ciclo PDCA, que diz respeito a

- (A) probabilidades e impactos de ocorrência de eventos.
- (B) oportunidades, ameaças, forças e fraquezas.
- (C) formular, implementar, avaliar e encerrar.
- (D) planejar, executar, checar e agir.
- (E) causas que geram os problemas.

9. (VUNESP - 2023)

A etapa que se segue ao uso do PDCA, após terem sido feitas mudanças em um processo administrativo de emissão e controle de documentos, tornando-as sistematizadas, é

- (A) uma nova etapa de planejamento, em outro projeto ou no mesmo.
- (B) a etapa de checagem, avaliando o aproveitamento do planejado e realizado.
- (C) a comunicação a ser feita em rede sobre melhorias e procedimentos.
- (D) a etapa de inovação, de forma a incrementar a produtividade.
- (E) a avaliação para documentação do processo de mudança.

10. (VUNESP - 2023)

A organização administrativa compreende a estrutura interna da Administração Pública, os órgãos e as pessoas jurídicas. Assim, a Secretaria da Educação de determinado município é um órgão da

- (A) autarquia.
- (B) fundação.
- (C) empresa pública.
- (D) administração direta.
- (E) sociedade de economia mista.

11. (VUNESP - 2026)

Na Administração Pública indireta brasileira, estão contempladas as fundações de direito público, a exemplo da Fundação Serra do Japi de Jundiá. Uma das características gerais relativas às fundações de direito público diz respeito

- (A) ao exercício de atividade econômica.
- (B) à composição de capital público e privado.
- (C) à denominação como fundações autárquicas ou autarquias fundacionais.
- (D) à ausência de autonomia administrativa e financeira.
- (E) à penhorabilidade dos bens.

12. (VUNESP - 2025)

Na organização governamental brasileira, as associações públicas, integrantes da administração indireta, são conhecidas também como

- (A) fundações públicas de direito público.
- (B) fundações públicas de direito privado.
- (C) consórcios públicos.
- (D) empresas públicas.
- (E) sociedades de economia mista.

13. (VUNESP - 2025)

Fábio é vereador e integra um partido que tem como bandeira a redução do tamanho do Estado e o incentivo ao desenvolvimento econômico, por meio de estímulos à iniciativa privada. Para atender parte de suas promessas de campanha, está estudando medidas para extinguir empresas públicas e autarquias municipais, motivo pelo qual convidou Miguel, analista legislativo, para debater o assunto.

A respeito do tema, Miguel poderá informar **corretamente**, na reunião, que



NOÇÕES BÁSICAS DE SECRETARIA

1. (2026)

No contexto da administração, os documentos cumprem papel essencial para assegurar registro, comprovação e continuidade das atividades institucionais. Considerando o conceito de documento administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Documento corresponde exclusivamente a registros produzidos em papel e assinados de forma manuscrita.
- (B) Documento é qualquer informação registrada em suporte que possa ser consultada, comprovada ou utilizada como evidência, podendo existir em meio físico ou eletrônico.
- (C) Informação oral transmitida entre servidores possui automaticamente natureza documental, ainda que não seja registrada.
- (D) Documento somente passa a existir quando recebe número de protocolo e classificação arquivística.
- (E) Registros eletrônicos possuem caráter meramente informativo, não sendo considerados documentos administrativos.

2. (2026)

Para que um documento mantenha seu valor ao longo do tempo, determinadas características devem ser preservadas durante sua produção, tramitação e guarda. O atributo relacionado à condição de o documento permanecer completo, sem supressões, acréscimos ou modificações não autorizadas, denomina-se

- (A) autenticidade.
- (B) acessibilidade.
- (C) fidedignidade.
- (D) integridade.
- (E) organicidade.

3. (2026)

Na elaboração de documentos administrativos, determinados elementos contribuem para sua identificação, compreensão e responsabilização. Entre esses elementos, o assunto possui função específica. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essa função.

- (A) Resumir de maneira sucinta o conteúdo, auxiliando a triagem, o registro e a classificação do documento.
- (B) Identificar exclusivamente o servidor que elaborou o documento.
- (C) Substituir o texto principal sempre que o documento tratar de assunto simples.
- (D) Determinar automaticamente o prazo de guarda arquivística do documento.
- (E) Indicar somente o grau de sigilo atribuído ao documento.

4. (2026)

Um relatório elaborado por determinado setor, destinado a outro setor da mesma organização e contendo informações de acesso restrito pode receber diferentes classificações simultaneamente. Nessa situação, é correto afirmar que o documento pode ser classificado como

- (A) externo, iconográfico, ostensivo e permanente.
- (B) textual, externo, ostensivo e ata.
- (C) cartográfico, interno, ostensivo e memorando.
- (D) audiovisual, externo, sigiloso e declaração.
- (E) textual, interno, da espécie relatório e sigiloso.

5. (2026)

Antes da redação de um documento administrativo, recomenda-se realizar levantamento prévio de informações. Essa providência é importante porque

- (A) elimina a necessidade de revisão posterior do documento.
- (B) permite substituir documentos de origem pela memória do redator.
- (C) reduz omissões e retrabalho, permitindo reunir previamente datas, valores, nomes, cargos e referências necessárias.
- (D) dispensa a identificação do destinatário quando o assunto já for conhecido.
- (E) torna desnecessária a escolha da espécie documental adequada.



AMOSTRA

6. (2026)

Durante a revisão de um documento, o responsável deve examinar diferentes dimensões de qualidade. Entre as práticas recomendadas, encontra-se

- (A) limitar a revisão à correção ortográfica, pois dados e informações pertencem exclusivamente ao setor solicitante.
- (B) conferir dados numéricos e nomes próprios comparando-os com os documentos de origem, sobretudo em atos relevantes.
- (C) retirar números e datas para tornar o documento mais conciso.
- (D) realizar a conferência exclusivamente de memória para evitar influência do documento original.
- (E) dispensar segunda leitura em atos de maior relevância.

7. (2026)

Em relação ao preenchimento manual de formulários administrativos, uma prática adequada para preservar a integridade do registro consiste em

- (A) deixar campos não utilizados totalmente em branco, facilitando futuras complementações.
- (B) utilizar lápis sempre que as informações ainda puderem sofrer alterações.
- (C) apagar integralmente informações incorretas para não deixar vestígios da alteração.
- (D) preencher os campos aplicáveis e indicar “não se aplica” ou traço nos demais, evitando inclusões posteriores indevidas.
- (E) assinar o formulário antes do preenchimento para identificar previamente o responsável.

8. (2026)

Os formulários eletrônicos utilizam mecanismos como campos obrigatórios, máscaras de digitação e listas suspensas. Entretanto, esses recursos não eliminam a necessidade de conferência humana porque

- (A) um dado pode apresentar formato tecnicamente correto e, ainda assim, conter informação falsa ou equivocada.
- (B) sistemas eletrônicos não conseguem impedir o envio de campos obrigatórios vazios.
- (C) máscaras de digitação aumentam necessariamente a quantidade de erros.
- (D) listas suspensas impedem completamente a padronização das respostas.
- (E) validações eletrônicas somente podem ser utilizadas em formulários impressos.

9. (2026)

Na recepção de documentos, determinados itens exigem tratamento diferenciado. Um documento classificado como sigiloso deve, em regra,

- (A) ser aberto por qualquer servidor para confirmação do conteúdo.
- (B) permanecer sem registro para preservar sua confidencialidade.
- (C) ser digitalizado antes de chegar ao destinatário.
- (D) ser arquivado imediatamente na área de acesso público.
- (E) ser encaminhado diretamente ao destinatário, sem abertura pela rotina comum.

10. (2026)

O registro ou protocolo constitui uma etapa fundamental do tratamento documental. Uma de suas principais funções é

- (A) determinar o conteúdo que deverá constar na resposta administrativa.
- (B) substituir integralmente o documento original depois de registrado.
- (C) atribuir identidade ao documento mediante lançamento de informações essenciais, permitindo acompanhar sua tramitação e localizá-lo posteriormente.
- (D) eliminar a necessidade de classificação por assunto.
- (E) autorizar automaticamente a eliminação após encerrada a tramitação.

11. (2026)

Durante a tramitação de documentos entre unidades administrativas, uma medida indispensável para assegurar rastreabilidade consiste em

- (A) registrar cada movimentação com data, origem e destino.
- (B) registrar somente a movimentação inicial e a final.
- (C) dispensar o controle quando o documento circular internamente.
- (D) utilizar exclusivamente comunicação verbal entre os setores.
- (E) registrar apenas o nome do documento, sem identificar as unidades envolvidas.



NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

1. (2022)

Com relação aos arquivos, é correto afirmar que são conjuntos de documentos

- (A) com características comuns, aleatoriamente acumulados e que constituem elemento de prova ou informação.
- (B) produzidos ou recebidos por instituições públicas ou privadas, no decorrer de suas atividades, bem como por pessoas físicas.
- (C) preservados em decorrência de seu valor atemporal e probatório por razões de interesse administrativo.
- (D) provenientes de uma mesma fonte geradora e que são ordenados em um mesmo arranjo funcional.
- (E) reunidos de acordo com um critério de arranjo preestabelecido, visando a sua eliminação.

2. (2024)

Segundo a configuração que assumem de acordo com o sistema de signos utilizados na comunicação de seu conteúdo, permitindo que sejam denominados textual, iconográfico, entre outros, os documentos são classificados quanto ao (à):

- (A) tipo;
- (B) forma;
- (C) gênero;
- (D) espécie;
- (E) suporte.

3. (2023)

Quanto à natureza do assunto, os documentos cuja divulgação não prejudica a instituição, podendo ser de domínio público, denominam-se

- (A) privados.
- (B) primários.
- (C) informativos.
- (D) ostensivos.
- (E) irrestritos.

4. (2022)

Os arquivos são importantes instrumentos de organização da documentação escolar. Observe as colunas 1 e 2.

COLUNA 1	COLUNA 2
I. Arquivo corrente	A. () bloco de documentos que é retirado de arquivos correntes para ser transferido para depósitos temporários.
II. Arquivo permanente	B. () blocos de documentos atuais que são consultados com muita frequência para a realização de tarefas, esclarecimento de dúvidas e pesquisas.
III. Arquivo temporário	C. () bloco de documentos de caráter histórico, cultural ou científico que são preservados indefinidamente.



AMOSTRA

A alternativa que indica a **correta** correspondência entre as colunas 1 e 2 é:

- (A) I-C; II-A; III-B.
- (B) I-B; II-C; III-A.
- (C) I-B; II-A; III-C.
- (D) I-A; II-B; III-C.
- (E) I-A; II-C; III-B.

5. (2022)

Sobre a classificação de documentos arquivísticos, analise as afirmativas a seguir.

I. A classificação é uma representação da realidade e tem como finalidade, no caso dos arquivos, a organização dos documentos.

II. A classificação necessita de um princípio de divisão estabelecido pela finalidade, pelas características e pelas relações entre os documentos.

III. O fundamento da divisão deve se manter inalterado para todas as divisões, ou seja, deve-se utilizar um único princípio de classificação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

6. (2025)

Considerando os princípios arquivísticos, o da

- (A) territorialidade prevê que os documentos devem ser mantidos próximos ao local onde foram criados.
- (B) unicidade garante que cada documento de arquivo possui única via oficial em circulação.
- (C) ordem original sugere que os documentos devem ser reorganizados frequentemente para melhor acesso.
- (D) organicidade reconhece que os documentos de arquivo são produzidos e acumulados em função das atividades da instituição produtora.
- (E) proveniência determina que os documentos devem ser ordenados e descritos de acordo com a função que exercem na organização.

7. (2022)

A utilização de um esquema classificatório predeterminado para os documentos de arquivo, à semelhança do que ocorre com os livros de uma biblioteca, sempre esbarrou na prevalência de dois pilares básicos da ciência arquivística, conforme acentuou Schellenberg:

- (A) o princípio da proveniência e o do respeito à ordem original.
- (B) a ordem alfabética e a indexação temática.
- (C) a autenticidade e o valor jurídico dos acervos.
- (D) a temporalidade e os prazos de vigência documental.
- (E) o acesso pleno e os direitos de proteção à intimidade.

8. (2022)

Em Arquivologia, o princípio que possibilita a diferenciação entre documentos de arquivo e outros documentos existentes no ambiente organizacional é denominado Princípio da

- (A) Proveniência.
- (B) Ordem Original.
- (C) Territorialidade.
- (D) Indivisibilidade.
- (E) Organicidade.

9. (2022)

O conjunto de documentos organicamente vinculados às entidades que os produziram e podem representar uma parcela significativa do patrimônio cultural de uma cidade ou instituição define

- (A) museu.
- (B) escritório.
- (C) cartório.
- (D) arquivo.
- (E) secretaria.

10. (2025)

Os documentos podem assumir características distintas quanto aos aspectos físicos e de apresentação.

Uma certidão, uma declaração, um relatório e uma ata são exemplos de classificação por

- (A) formato.
- (B) espécie.
- (C) gênero.
- (D) relevância.
- (E) suporte.



NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

1. (2023)

Recursos materiais são os componentes que uma organização emprega nas suas operações do dia-a-dia, na elaboração do seu produto final ou na execução do seu objeto social.

Assinale a opção que representa o início da sequência de operações da Administração dos Recursos Materiais.

- (A) Acondicionamento do bem.
- (B) Compra do bem.
- (C) Recebimento do bem.
- (D) Transporte interno do bem.
- (E) Identificação do fornecedor.

2. (2026)

No processo de classificação de materiais em um almoxarifado, os procedimentos de rotina são realizados na seguinte ordem

- (A) cadastramento, catalogação, Identificação e codificação.
- (B) cadastramento, identificação, codificação e catalogação.
- (C) identificação, codificação, cadastramento e catalogação.
- (D) identificação, catalogação, cadastramento e codificação.
- (E) catalogação, identificação, codificação e cadastramento.

3. (2026)

Leia o fragmento a seguir.

Com relação ao método ABC, amplamente utilizado na gestão de estoques para classificar itens conforme sua importância econômica, em regra, a classe A é composta por itens que representam cerca de _____ do valor do estoque está concentrado em aproximadamente _____ dos itens.

Assinale a opção preenche corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) 90% – 5%.
- (B) 80% – 10%.
- (C) 80% – 20%.
- (D) 70% – 20%.
- (E) 50% – 20%.

4. (2025)

O processo de classificação de materiais é fundamental para garantir a eficiência no armazenamento e na distribuição dos itens, sendo composto por diversas etapas.

Em relação a esse processo, assinale a afirmativa correta.

- (A) A normalização consiste na descrição detalhada do material, possibilitando sua individualização.
- (B) A simplificação tem como objetivo reduzir a diversidade de itens em estoque que possuem a mesma finalidade.
- (C) Catalogação representa o estabelecimento de normas técnicas para os itens de material.
- (D) Codificação corresponde à uniformização do emprego e do tipo do material.
- (E) A padronização refere-se à atribuição de uma série de números ou letras a cada item de material.

5. (2025)

Considere que um servidor do setor de almoxarifado de um órgão público receba a incumbência de classificar os materiais. Durante a orientação, seu superior recomenda que essa classificação seja realizada de forma simples e direta, sem exigir procedimentos complexos ou excessivamente burocráticos.

Essa recomendação do superior está relacionada ao atributo da classificação de materiais conhecido como

- (A) abrangência.
- (B) arbitrariedade.
- (C) tempestividade.
- (D) praticidade.
- (E) verificabilidade.

AMOSTRA

6. (2024)

Considere que determinada organização pretende gerenciar seus estoques utilizando como método a Curva ABC. Ao adotar tal opção,

- (A) Deverá seguir a lógica de Deming, segundo a qual apenas metade das matérias-primas necessitam estar disponíveis para uso imediato, sendo que as demais categorias de insumos podem ser repostas apenas quando efetivamente requeridas.
- (B) Caberá classificar os materiais em estoque de acordo com seu papel na cadeia produtiva de bens ou serviços, sendo, respectivamente: matéria-prima (A); insumos de produção (B) e itens de logística (C).
- (C) Deverá classificar os itens de estoque de acordo com o respectivo grau de perecibilidade, sendo os da categoria A os prioritários em termos de gerenciamento de reposição.
- (D) Os itens de estoque serão classificados por sua ordem de representatividade em termos de faturamento, levando em conta seu uso, segundo o princípio de Pareto, em média 80% do lucro auferido provém de cerca de 20% dos produtos.
- (E) Estará buscando o máximo possível de giro de estoque e rapidez de reposição de materiais, no máximo, 10% de itens em estoque fixo (categoria A), 20% em estoque rotativo (categoria B) e os demais para aquisição sob demanda (categoria C).

7. (2023)

Os dados, obtidos pelo administrador, decorrentes da classificação dos materiais permitem que se dê atenção prioritária a determinados materiais da organização.

Nesse sentido, destaca-se a importância do sistema de classificação utilizado, que, segundo a literatura, deve ter atributos como

- (A) a praticidade, abordando um vasto número de características dos materiais para evitar duplicidades.
- (B) a flexibilidade, permitindo interfaces entre os diversos tipos de classificação e proporcionando uma visão global do material.
- (C) a abrangência, exigindo julgamentos simples e diretos do classificador, sem o emprego de conceitos abstratos.
- (D) a oportunidade, garantindo que as classificações permitam a distinção dos itens mesmo com análises intempestivas.
- (E) a materialidade, preceituando o uso de informações de fontes confiáveis, para possibilitar o consenso entre diferentes examinadores.

8. (2023)

O sucesso no gerenciamento de estoques é de suma importância na administração de um órgão ou empresa. Ainda, é relevante para identificar e decidir por prioridades. Em auxílio a esse gerenciamento, o processo de aglutinação de materiais por características semelhantes é chamado de:

- (A) Reposição setorizada.
- (B) Refazimento de estoques.
- (C) Garantia de estoque.
- (D) Classificação de materiais.
- (E) Recompra inteligente.

9. (2026)

Na gestão estratégica do estoque de medicamentos em serviços de saúde, a adoção de boas práticas logísticas contribui para a segurança do paciente, a eficiência operacional e a sustentabilidade institucional.

Assinale a opção que caracteriza, **corretamente**, a Curva ABC, uma das ferramentas de gestão de estoque.

- (A) Controla a rotatividade dos medicamentos considerando apenas o volume físico disponível no almoxarifado.
- (B) Organiza os medicamentos de acordo com a validade, definindo a sequência de armazenamento e dispensação.
- (C) Estabelece níveis de estoque mínimo com base na frequência de utilização assistencial dos medicamentos.
- (D) Determina a prioridade de aquisição a partir do perfil terapêutico e da complexidade clínica dos tratamentos.
- (E) Classifica os itens do estoque conforme a relevância financeira, agrupando-os segundo seu valor de consumo.

10. (2025)

A classificação sistemática de materiais no âmbito da Gestão de Materiais e Patrimônio garante a organização, otimiza o controle e facilita a tomada de decisões estratégicas para o uso adequado de recursos.

Assinale a opção que apresenta **corretamente** os materiais que estão sendo processados ao longo das diversas seções que compõem o processo produtivo.

- (A) Matérias-primas.
- (B) Materiais em vias.
- (C) Produtos acabados.
- (D) Materiais componentes.
- (E) Materiais semiacabados.





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

